



## AS PERSPECTIVAS SUCESSÓRIAS DE JOVENS ESTUDANTES DE CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE EM AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES, RS

Mariele Boscardin  
Vitória Benedetti de Toledo  
Rosani Marisa Spanevello  
Sibele Vasconcelos de Oliveira

### Resumo

A migração dos jovens rurais, para o meio urbano acaba impacta diretamente nos processos sucessórios da agricultura familiar acentuando ainda mais a tendência dos agricultores não obterem sucessão em suas propriedades. Dada a importância da permanência dos jovens, filhos de agricultores, no meio rural e na atividade agrícola, objetivou-se com a realização deste estudo analisar as perspectivas sucessórias de jovens, estudantes do curso técnico profissionalizante em Tecnologia em Agropecuária da Escola Estadual Técnica Celeste Gobatto, no município de Palmeira das Missões, estado do Rio Grande do Sul. Para a obtenção dos dados deste estudo, realizou-se um levantamento com um total de 79 jovens, os quais foram obtidos por meio da aplicação de um questionário. Os dados foram analisados a partir do *Software Statistical Package for the Social Sciences*. Os resultados demonstram que, a maior parte dos jovens pretende trabalhar no meio urbano em agropecuárias ou empresas do ramo agrícola (65,82%). Destes 35,44% deseja residir no meio urbano, e 30,38% pretendem estabelecer-se no meio rural, porém trabalhar no meio urbano, o que demonstra as novas dinâmicas do meio rural, visto que estes jovens consideram a hipótese de ter o meio rural como local de moradia, porém optam por ocupar-se de atividades não agrícolas, o que acaba não concretizando os processos de sucessão familiar que leva em consideração a continuidade das atividades agrícolas. Apesar destes resultados, ao serem questionados a respeito de assumirem a propriedade rural da família, a maior parte da amostra considerou como positiva a afirmação, 64,56%.

**Palavras chaves:** Agricultura Familiar; Continuidade da profissão do agricultor; Permanência dos jovens no meio rural; Sucessão Geracional.

### 1 Introdução

O meio rural brasileiro tem protagonizado significativas transformações nas últimas décadas. Dentre elas, as alterações demográficas, sobretudo, no contingente da população rural *versus* população urbana tem sido os de maior notoriedade. Somado a isso, a população rural mais jovem, com predominância feminina é a mais propensa a migrar para o meio urbano, impactando significativamente em regiões de predominância da agricultura familiar, como é o caso da região Sul.

Tradicionalmente, a reprodução social do segmento agricultura familiar, está largamente assentada na permanência de, pelo menos, um dos filhos na condução das



propriedades familiares, num processo denominado de sucessão. Ao sucessor, cabia receber a propriedade dos pais, ou, pelo menos, parte desta, como herança e dar continuidade as atividades produtivas nela desenvolvidas (BOSCARDIN E CONTERATO, 2017).

Atualmente, de acordo com os autores, Boscardin e Conterato (2017), por razões distintas, dentre as quais se destaca o distanciamento dos jovens rurais das atividades agrícolas e a busca por outras estratégias laborais, além é claro de mais instrução formal, as famílias estão tendo dificuldades para concretizar a sucessão das propriedades, uma vez que os filhos adotam a migração enquanto estratégia de inserção no meio urbano.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1991 residiam no meio rural brasileiro aproximadamente 7 milhões de jovens (15 a 24 anos), reduzindo para aproximadamente 5 milhões em 2010, refletindo em uma redução de quase 27%.

Entre os principais fatores que influenciam a tomada de decisão dos jovens em não serem sucessores estão: dificuldade em obtenção de terra, baixa renda, ausência de incentivo e estímulo dos pais, comparação entre os meios urbano e rural, penosidade das atividades produtivas, impossibilidade de constituir novas famílias, desigualdade de gênero, acesso ao estudo e expectativa profissional (MATTE E MACHADO, 2016).

Diante deste cenário, objetivou-se com a realização deste estudo analisar as perspectivas sucessórias de jovens, estudantes do curso técnico profissionalizante em Tecnologia em Agropecuária da Escola Estadual Técnica Celeste Gobatto, no município de Palmeira das Missões, estado do Rio Grande do Sul.

Para responder ao objetivo do trabalho, o estudo foi realizado na Escola Estadual Técnica Celeste Gobatto, no município de Palmeira das Missões, estado do Rio Grande do Sul. Para a obtenção dos dados, realizou-se um levantamento com um total de 79 jovens estudantes do curso técnico profissionalizante em Tecnologia em Agropecuária.

As informações foram obtidas por meio da aplicação de um questionário com questões referentes a caracterização socioeconômica e perspectivas profissionais. Os dados e informações geradas na pesquisa foram organizados e analisados através do *Software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*.

Além da presente introdução e das considerações finais o artigo está estruturado em quatro seções: Inicialmente é apresentado uma seção que completa noções de perspectivas sucessórias de jovens filhos de agricultores, as quais dialogam com a literatura. Após esta seção é apresentada a metodologia de desenvolvimento da pesquisa, seguido dos principais



resultados em relação ao perfil dos jovens entrevistados e das propriedades, bem como as perspectivas sucessórias dos jovens.

## 2 As perspectivas sucessórias de jovens agricultores

A permanência ou não dos jovens no meio rural e nas propriedades familiares na condição de sucessores está atrelada a distintos fatores ou situações. Brumer e Spanevello (2008), analisando a percepção dos jovens, residentes no Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, constataram que a desvalorização da atividade, a falta de renda, a insalubridade do trabalho, a falta de incentivos, não gostar da atividade e gostar da cidade ou de outra atividade são os principais motivos que influenciam na saída dos jovens do meio rural. As autoras destacam ainda as condições de trabalho, geralmente muito “duras” e a baixa remuneração, quando a atividade agrícola é comparada com outras atividades.

Para Bianchini (2010), a geração de renda nas propriedades é um elemento chave para a sucessão familiar, ou seja, a falta de renda fixa e a pouca valorização dos produtos agrícolas estão entre os elementos que contribuem significativamente na opção dos filhos em partir para o meio urbano em busca de alternativas mais promissoras.

Zago (2016), em estudo realizado com jovens universitários oriundos do meio rural da região oeste da Santa Catarina constata que, no que tange os temas, migração, trabalho e estudo, associam-se vários elementos, mas principalmente as condições econômicas e de trabalho que inviabilizam a permanência daqueles filhos que gostariam de dar continuidade às atividades dos pais.

Já, na visão dos pais, o autor percebe que, a descrença na atividade agrícola também reflete em esforços para que os filhos não sigam o mesmo destino e busquem alternativas no meio urbano, em atividades não agrícolas (ZAGO, 2016).

A esse respeito, Pandolfo (2012) ressalta que isso ocorre, sobretudo, porque os agricultores têm uma visão pessimista da viabilidade econômica das propriedades rurais e se questionam sobre as vantagens de seus filhos permanecerem nesta profissão. Eles demonstram um desejo de continuidade da propriedade por algum dos filhos, justificado pelo apego emocional em relação à propriedade e ao que foi construído pela família, no entanto, o sucesso profissional e financeiro de seus filhos encontra-se em primeiro plano, mesmo que represente o abandono da atividade agrícola.



Sob essa ótica pessimista há o desejo de que os filhos saiam do meio rural em busca de melhores condições de vida e alternativas, que construam uma trajetória profissional fora da agricultura. Neste ângulo, a educação é vista como um “passaporte” para uma vida melhor.

Em estudo realizado com agricultores familiares sem sucessores, Boscardin (2017), observou que os pais não estão mais influenciando e interferindo nas decisões de seus filhos em permanecerem no meio rural e na agricultura, diferentemente do que acontecia nas gerações passadas. A autora ressalta que, essa “imposição moral” vai sendo severamente destituída a medida em que os filhos acessam níveis de escolaridade superiores aos alcançados pelos pais. Com isso, o horizonte se amplia e as pessoas começam a questionar as decisões internas ao funcionamento das propriedades. Assim sendo, a crise atualmente vivida pela agricultura familiar no que se refere a sucessão reflete, muitas vezes, não apenas as aspirações almeçadas pelos filhos que tem seu olhar voltado à construção de um futuro no meio urbano, mas também o desejo dos pais.

## **4 Análise dos Resultados**

### **4.1 O perfil dos jovens alunos do Curso Técnico em Agropecuária**

Inicialmente, esta primeira seção de análise de resultados contempla informações referentes ao perfil dos alunos curso profissionalizantes em Tecnologia em Agropecuária da Escola Estadual Técnica Celeste Gobatto.

O público que compõe o presente estudo abrange um total de 33 municípios em distintas regiões do estado do Rio Grande do Sul, sobretudo da região norte, sendo que o município de Palmeira das Missões possui o maior número, visto que o mesmo se refere à sede da escola analisada.

Em relação à idade dos estudantes, os mesmos encontram-se entre a faixa etária de 14 a 20 anos, sendo que a maior parte da amostra (55,7%) possui entre 16 e 17 anos. Tratando-se do sexo dos jovens constatou-se uma diferença de gênero bastante expressiva entre rapazes e moças. Ou seja, apenas 11,39% do público total são moças.

Estes resultados nos permitem evidenciar a menor disposição das filhas mulheres em estarem ligadas as atividades agropecuárias da propriedade rural, visto que o público estudado se trata de estudantes do curso Técnico em Agropecuária. Esta tendência de



menor participação feminina também está presente ao analisarmos questões relacionadas a sucessão familiar.

Para Brumer e Spanevello (2008), o maior número de filhas não sucessoras está relacionado ao fato de que as mulheres demonstram maior propensão do que os homens na continuidade dos estudos e na motivação para ter uma atividade não agrícola e sair do meio rural. Assim, as autoras constatarem que há diferenças entre rapazes e moças na perspectiva de sucessão familiar. Deste modo, as chances dos filhos homens serem sucessores das propriedades familiares são maiores, contudo não garantem nada.

Quando questionados se tinham pretensão em continuar os estudos após concluir o curso técnico a maioria dos jovens, com percentual de 83,54% afirmaram positivamente, e apenas 16,46% que não pretendiam continuar os estudos. O curso mais evidenciado pelos jovens para ingressar no ensino superior após o término do curso técnico foi a Agronomia (46,84%), seguido de Medicina Veterinária (10,13%). Estes resultados demonstram que jovens oriundos do meio rural buscam uma qualificação majoritariamente voltada para as Ciências Agrárias.

A seção seguinte contempla informações referentes ao perfil socioeconômico das propriedades dos jovens.

#### **4.2 O perfil das propriedades e as características do trabalho e produção**

Inicialmente a análise contempla o tamanho das propriedades. Cabe destacar que as propriedades foram agrupadas em extratos de área de terra.

O primeiro extrato contempla propriedades de agricultura familiar com base no primeiro critério da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, 2006). De acordo com a Lei, para fins legais e de acesso a políticas públicas, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).



Considerando a Lei da Agricultura Familiar, que considera área de terra com até quatro módulos fiscais como um dos critérios para que o produtor seja considerado agricultor familiar, na região de estudo os módulos fiscais giram em torno de 16 a 20 hectares. Para tanto, observa-se que, a grande maioria das propriedades é familiar, conforme Tabela 01. Ou seja, 53,16% das propriedades possuem até 80 hectares de área terra.

**Tabela 01: Tamanho das propriedades.**

Tamanho da Propriedade	Frequência	Percentual
Até 80 hectares	42	53,16%
81 a 160 hectares	2	2,53%
161 a 240 hectares	2	2,53%
241 a 320 hectares	0	0,00%
321 a 400 hectares	0	0,00%
401 a 480 hectares	1	1,27%
481 a 560 hectares	0	0,00%
561 a 640 hectares	1	1,27%
Acima de 641 hectares	3	3,80%
Não se aplica	28	35,44%
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa de Campo (2015).

No presente estudo constatou-se propriedades essencialmente especializadas na produção agropecuária, tais como as propriedades que produzem apenas grãos, apenas leite, apenas fumo e apenas bovino de corte, representando 32,14%.

Por outro lado, há propriedades com vasta diversidade produtiva, nas quais a gama de produtos agrícolas é bastante diverso, são os casos das propriedades que produzem grãos, leite, frutas, verduras, legumes, mel, entre outros produtos, as quais representam 67,86%. Cabe destacar que nestas situações, a produção visa, além da comercialização, o autoconsumo familiar.

De acordo com Schneider (2003) a diversificação das atividades agropecuárias possibilita aos agricultores ampliar suas fontes de rendas e assegurar uma maior estabilidade financeira, tendo assim um importante papel na promoção do desenvolvimento rural.

Outra característica de propriedades do tipo familiar é a utilização da mão de obra predominantemente da família, sendo observado no presente estudo que assim como a maior parte dos entrevistados possuem área de terra característica de agricultura familiar, a maior parte deles, não contrata mão de obra externa (68,35%).

Tratando-se das rendas provenientes das agrícolas nas propriedades, constatou-se que a maior parte das propriedades obtém entre 2 e 4 salários mínimos (10,13%) e (12,66%), respectivamente. Há ainda, 10,3% das propriedades que possuem rendas mensais de 10 ou mais salários mínimos.

A divisão das rendas agrícolas da propriedade são apresentados na tabela 02. Cabe destacar que a renda, como dito anteriormente é um fator influenciador na decisão do jovem em suceder a propriedade rural ou não.

**Tabela 02:** Divisão das Rendas Agrícolas na propriedade.

<b>Divisão das Rendas Agrícolas na propriedade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
O pai centraliza os rendimentos	10	12,66%
A mãe centraliza os rendimentos	2	2,53%
O pai e a mãe juntos centralizam os rendimentos	27	34,18%
A renda é dividida entre todos	10	12,66%
Cada um fica com o que ganha	1	1,27
Outra forma	4	5,06%
Não respondeu	25	31,65%
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa de Campo (2015).

Como pode-se constatar por meio da análise, o pai e a mãe juntos centralizam os rendimentos em 34,18% dos casos e em 12,66% o pai centraliza os rendimentos. Ou seja, praticamente dos jovens, não participam da divisão das rendas oriundas das atividades agrícolas.

Os jovens ainda foram questionados a respeito de alguns fatores relacionados à tomada de decisões das propriedades no referente às decisões sobre produção agrícola, movimentações financeiras e atividades no âmbito doméstico. De modo geral, foi constatado que as atividades agrícolas ainda tendem a ser de domínio dos pais (homens). Ou seja, as mulheres e os filhos ainda tendem a ter pouca ou nenhuma participação. Estas informações são apresentadas na tabela 3:



Tabela 03: Tomada de decisões nas atividades da propriedade.

		Frequência	Percentual
<b>Compra de insumos</b>	Pai	39	49,37%
	Mãe	1	1,27%
	Só os filhos	1	1,27%
	Só as filhas	1	1,27%
	Só os homens	5	6,33%
	Só os pais	4	5,06%
	Ninguém	8	10,13%
	Não respondeu	17	21,52%
	Todos	3	3,80%
	<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100</b>
<b>Decide o que plantar</b>		Frequência	Percentual
	Pai	28	35,44%
	Só os homens	11	13,92%
	Só os pais	7	8,86%
	Ninguém	8	10,13%
	Todos	7	8,86%
	Não respondeu	18	22,78%
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100</b>	
<b>Vende a produção agrícola</b>		Frequência	Percentual
	Pai	34	43,04%
	Só os filhos	1	1,27%
	Só os homens	5	6,33%
	Só os pais	9	11,39%
	Ninguém	8	10,13%
	Todos	5	6,33%
Não respondeu	17	21,52%	
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100</b>	
<b>Movimenta o dinheiro (deposita, saca, faz financiamento).</b>		Frequência	Percentual
	Pai	26	32,91%
	Mãe	2	2,53%
	Só os filhos	1	1,27%
	Só os homens	2	2,53%
	Ninguém	4	5,06%
	Todos	9	11,39%
	Só os pais	18	22,78%
	Não respondeu	17	21,52%
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100%</b>	
<b>Realiza as compras da casa</b>		Frequência	Percentual
	Pai	4	5,06 %
	Mãe	31	39,24%
	Só as filhas	1	1,27%
	Só os homens	1	1,27%
	Todos	16	20,25%
	Só os pais	11	18,99%
	Não respondeu	15	21,52%
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2015).

No que diz respeito a tomada de decisão relacionada as atividades agrícolas, constatou que o pai é quem toma a maior parte das decisões sobre a compra de insumos





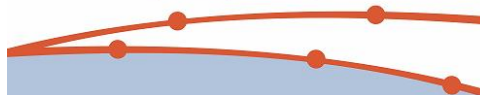
(49,37%), decide o que plantar (35,44%) e vende a produção agrícola (43,04%). É também a figura do pai que movimenta o dinheiro, deposita, saca e faz financiamento (32,91%).

Os resultados demonstraram ainda que a participação da mulher, no caso a mãe, é expressiva somente no âmbito das decisões referentes a realização das compras da casa (39, 24%). Ou seja, embora que, o trabalho da mulher passou a ser reconhecido, e elas vêm assumindo sua autonomia em tomar decisões, as decisões da figura masculina tende a predominar, cabendo as mulheres acatá-las. Essa desigualdade de gênero é ainda mais preponderante na relação pais e filhas, visto que a participação das filhas mulheres é um tanto quanto reduzida nas decisões da propriedade, o que acaba acentuando a saída das filhas das propriedades rurais.

A seção seguinte contempla e visa responder o objetivo central do artigo, o qual consiste em analisar as perspectivas sucessórias dos jovens entrevistados.

#### ***4.3 As perspectivas sucessórias dos jovens estudantes do Curso Técnico em Agropecuária***

Inicialmente, os jovens foram questionados a respeito de suas participações no que tange à gestão e tomada de decisão, referente às atividades da propriedade. Estas questões podem ser consideradas, estratégias por parte dos pais para com os filhos numa tentativa de incentivá-los a permanecer nas propriedades e dizem respeito a contas bancárias áreas, financiamentos e áreas de terra em seus nomes, entre outras (Tabela 4).



**Tabela 4:** Participação dos jovens na gestão e tomada de decisão referente as atividades da propriedade.

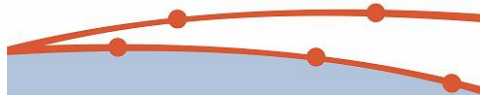
<b>Conta poupança em meu nome</b>		<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
	Sim	27	34,18%
	Não	24	30,38%
	Não Respondeu	28	35,44%
<b>Tenho conta corrente em meu nome</b>		<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
	Sim	15	18,99%
	Não	37	46,84%
	Não Respondeu	27	34,18%
<b>Tenho financiamento em meu nome</b>		<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
	Sim	2	2,53%
	Não	49	62,03%
	Não Respondeu	28	35,44%
<b>Possui bloco de produtor</b>		<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
	Sim	7	8,86%
	Não	44	55,70%
	Não Respondeu	28	35,44%
<b>Tenho área de terra em meu nome</b>		<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
	Sim	11	13,92%
	Não	40	50,63%
	Não Respondeu	28	35,44%
<b>Desenvolvo atividade produtiva autônoma</b>		<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
	Sim	28	35,44%
	Não	21	26,58%
	Não Respondeu	30	37,97%

**Fonte:** Dados da Pesquisa de Campo (2015).

Como se pode constatar a participação dos jovens em todas as variáveis analisadas é bastante restrita, ou seja, uma minoria recebe estes “incentivos” por parte dos pais, em relação a contas bancárias em seus nomes, poupança e corrente (34,18%) e (18,99%), respectivamente; financiamentos em seus nomes (2,53%); bloco de produtor (8,86%) área de terra em seu nome (13,92%) e desenvolvimento de atividades autônomas (35,44%).

A respeito disso, autores como Woortmann (1995) e Spanevello et al., (2014) destacam que a sucessão não é mais um processo natural como nas gerações passadas, ou seja, para garantir um sucessor, é preciso cativá-lo. As formas de cativar um sucessor podem ser variadas e diversas, incluindo bens materiais e simbólicos.

Na dimensão simbólica destaca-se, especialmente, a percepção positiva da ocupação agrícola e a garantia da autonomia na gestão do estabelecimento ou mesmo na execução de algumas atividades por parte dos filhos. Na perspectiva material, os pais garantem bens (terra, imóveis, automóveis, modernização da atividade, novas atividades geradoras de renda) para favorecer a permanência de, pelo menos, um sucessor (SPANVELLO, et al., 2014).



Zago (2016) acrescenta ainda o investimento financeiro nos estudos dos filhos, o qual representa uma “herança” a qual pode ser considerada tanto material quanto simbólica, conforme relata o autor. Em seu estudo, o autor constatou relatos de casos em que, filhas mulheres receberam recursos financeiros da família para custear os estudos, sendo este um valor diferenciado, enquanto, os irmãos, receberam parte da herança em dinheiro. Estas práticas denotam diferenças hierárquicas de gênero e autoridade.

Ainda a respeito das perspectivas sucessórias, os jovens foram questionados a respeito de quais os fatores que consideravam mais importante para a permanência nas propriedades rurais, conforme tabela 05.

**Tabela 5:** Remuneração por participação na propriedade.

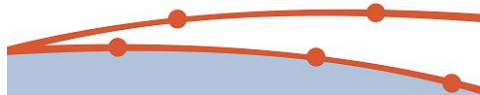
Tamanho da Propriedade	Frequência	Percentual
Recebo periodicamente uma quantia em dinheiro para minhas despesas	21	26,58%
Fico com parte dos resultados de produtos que comercializo	1	1,27%
Trabalho em parceria com meus pais e fico com uma parte pré definida dos resultados	1	1,27%
Quando preciso de alguma coisa ou dinheiro peço para meus pais	26	32,91%
Não obtenho nenhuma recompensa pelo meu trabalho	2	2,53%
Não respondeu	28	35,44%
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa de Campo (2015).

Na visão dos jovens, “ter o reconhecimento, incentivo e apoio da família” (39,24%), seguido de “ter vontade e dedicação pessoal” (27,85%), seguido de “ter liberdade para introduzir inovações na propriedade” (18,99%) e “obter uma renda considerada satisfatória” (16,46%) são os fatores mais relevantes. Estes resultados demonstram que, que a família é um influenciador direto no processo de decisão, incentivando os jovens e permitindo que estes apliquem seus conhecimentos na propriedade.

Tratando-se da remuneração pela participação na propriedade, importante fator para a permanência dos jovens no meio rural como os mesmos salientam (Tabela 06), constatou-se que a maior parte “quando preciso de alguma coisa ou dinheiro peço para meus pais” (32,91%) seguido de “recebo periodicamente uma quantia em dinheiro para minhas despesas” (26,58%).

Ou seja, uma minoria dos jovens “fica com parte dos resultados de produtos que comercializo” (1,27%) ou “trabalha em parceria com meus pais e fico com uma parte pré definida dos resultados” (1,27%). Ainda uma parcela de 2,53% “não obtém nenhuma recompensa pelo seu trabalho”.



Nesses casos, há uma desvalorização da atividade agrícola em comparação com o urbano e com as atividades não agrícolas, conforme salientam Matte e Machado (2016), sendo este importante fator para a tomada de decisão do jovem em deixar o meio rural, visto que entre outros argumentos a garantia de renda fixa e mensal na cidade é um atrativo para o jovem migrar em detrimento da reduzida participação na propriedade familiar.

Finalmente, os jovens foram indagados a respeito de seus projetos profissionais futuros, ou seja, onde pretendem estabelecer-se, considerando seus atuais graus de escolaridade (Tabela 6).

**Tabela 6:** Local onde pretende se estabelecer.

Onde pretende se estabelecer	Frequência	Percentual
No meio rural, como agricultor	17	21,52%
No meio rural, mas trabalhando no meio urbano	24	30,38%
No meio urbano, com emprego em agropecuárias, empresas de produtos agrícolas	28	35,44%
Outra situação	8	10,13%
Não respondeu	2	2,53%
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa de Campo (2015).

Os dados demonstram que, a maior parte pretende trabalhar no meio urbano em agropecuárias ou empresas do ramo agrícola (65,82%). Destes 35,44% deseja residir no meio urbano, e 30,38% pretendem estabelecer-se no meio rural, porém trabalhar no meio urbano, o que demonstra as novas dinâmicas do meio rural, visto que estes jovens consideram a hipótese de ter o meio rural como local de moradia, porém optam por ocupar-se de atividades não agrícolas, o que acaba não concretizando os processos de sucessão familiar que leva em consideração a continuidade das atividades agrícolas.

Esta ambiguidade, residir no meio rural *versus* ocupar-se de atividades agrícolas, na concepção de Zago (2016), pode ser explicada pela seguinte razão. De acordo com a autora: “não se trata, de uma percepção de mão única: o campo que exclui é ao mesmo tempo idealizado por ser aquele que oferece melhor qualidade de vida”. Para a autora, o meio rural é caracterizado como um local, com menos poluição, “alimentação mais saudável”, mas é também um ambiente de adversidades, do trabalho “judiado, pesado, sem férias e de baixo rendimento”. Sendo assim, os jovens se veem confrontados entre essas situações ambivalentes de melhor qualidade de vida, por um lado e de avaliação de perspectivas futuras restritas por outro lado (ZAGO, 2016).

Apesar destes resultados, ao serem questionados a respeito de assumirem a propriedade rural da família, a maior parte da amostra considerou como positiva a afirmação, 64,56%. Pertinente aos 27,85% da amostra que não pretende assumir a propriedade rural de seus pais, os motivos que determinaram esta decisão são explicados pelos jovens pela pretensão em ter outra atividade profissional (40,91%), não possuírem interesse na agricultura e de morar no meio rural (27,27%) ou ainda pelo fato de que um de seus irmãos ou irmãs vai assumir a propriedade (13,64%). Conforme apresentado na Tabela 7.

**Tabela 7:** Perspectivas Sucessórias dos jovens.

Possibilidade de assumir a propriedade rural de seu pai	Frequência	Percentual
Sim	51	64,56%
Não	22	27,85%
Não respondeu	6	7,59
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da Pesquisa de Campo (2015).

Os achados empíricos no presente estudo demonstram, o que já vêm sendo discutido na literatura ao longo do tempo que são as mudanças nos padrões sucessórios, visto que os jovens pretendem estabelecer-se no meio rural e nas propriedades, mas não necessariamente fazer destas suas atividades e fonte de renda principal.

Estas mudanças nos padrões sucessórios da agricultura também foram observadas por Boscardin e Conterato (2017) em estudo realizado com agricultores familiares sem sucessores no norte do Rio Grande do Sul. Os autores concluem que, mesmo não apresentando contornos ainda muito claros, os pais estão gerando outro modelo de passagem das propriedades, até então praticamente inexistente, agora sustentado na ideia que inclui ter herdeiros, mas não necessariamente sucessores.

Tal constatação reside no fato de que os agricultores, em um primeiro momento, imprimem aos filhos um discurso negativo sobre a ocupação agrícola, especialmente devido às atividades agrícolas penosas, impossibilidade de férias e finais de semana, entre outras razões, não querendo que os filhos sejam agricultores. Desta forma, estimulam os filhos a sair do meio rural em busca de oportunidades mais promissoras no meio urbano.

Posteriormente, num segundo momento, quando questionados em relação ao destino de suas propriedades diante da não sucessão, os agricultores manifestam desejo de não vender a propriedade, mas sim deixar aos filhos como herança. Estas contradições denotam que os pais não desejam que os filhos permaneçam na agricultura, mas sim que

recebam sua terra como herança, o que demonstra haver uma desvinculação entre a sucessão geracional propriamente dita e exploração agrícola em si (BOSCARDIN E CONTERATO, 2017).

Nestes casos, propriedades com presença de herdeiros, porém não sucessores, reside a possibilidade de manutenção da produção agrícola, porém aumentam as chances de incorporação destas propriedades a propriedades de maior porte. Ou ainda, reside a possibilidade destas propriedades passarem a serem usadas em atividades não agrícolas, nos casos de uso para lazer, sobretudo nos casos em que os filhos já traçaram seu futuro em atividades com olhos voltados para fora do meio rural e da própria agricultura.

Nestes exemplos, abre-se espaço para a análise da diversidade atual presente no meio rural e, principalmente na agricultura familiar, sinalizando e confirmando, o que Graziano da Silva constatou no início da década de 1990, que o meio rural é um local pluriativo e multifuncional.

Por fim, o estudo possibilitou ainda analisar a relação entre onde os jovens pretendem se estabelecer e os planos de dar continuidade aos estudos. Conforme Tabela 8.

**Tabela 8:** Relação entre onde os jovens pretendem se estabelecer e planos de continuar os estudos.

Onde pretende se estabelecer	Planos de continuar os estudos	
	Sim	Não
No meio rural, como agricultor	12,66%	8,86%
No meio rural, mas trabalhando no meio urbano	24,05%	6,33%
No meio urbano, com emprego em agropecuárias, empresas de produtos agrícolas	34,18%	1,27%
Outra situação	10,13%	0,00%
Não respondeu	2,53%	0,00%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2015).

O estudo demonstrou que, a parcela de jovens que pretende ocupar-se de atividades urbanas tende a planejar continuar os estudos em maior proporção, em detrimento da parcela de jovens que pretende ocupar de atividades agrícolas no meio rural. Ou seja, a maioria dos jovens, que pretende trabalhar no meio urbano (58,53%) planeja continuar seus estudos. Os jovens que possuem plano de continuar seus estudos, se estabelecendo no meio rural e ocupando-se de atividades agrícolas atingiram índice de apenas 12,66%.

A respeito destas diferenças, Zago (2016) afirma em seu estudo que, apesar de políticas de nucleação das escolas rurais e subsídio ao transporte escolar as desigualdades educacionais entre campo e cidade em todo o Brasil ainda persistem.



## 5 Considerações finais

Em linhas gerais este artigo teve como propósito analisar as perspectivas sucessórias de jovens, estudantes de jovens, estudantes do curso técnico profissionalizante em Tecnologia em Agropecuária da Escola Estadual Técnica Celeste Gobatto, no município de Palmeira das Missões, estado do Rio Grande do Sul.

Embora, os jovens, estejam vinculados a um curso voltado a formação agropecuária a maior parte deles não pretende ocupar-se de atividades agrícolas futuramente, ou seja, são jovens que estão buscando a qualificação educacional para atuarem em atividades no meio urbano.

Por outro lado, observou-se que estes jovens pretendem continuar residindo no meio rural, porém não obtendo neste local sua principal fonte de renda. Apesar de estarmos tratando de um estudo de caso, no qual não permite extrapolarmos os resultados, cabe ressaltar que, os achados no presente estudo vão ao encontro das constatações do Censo Agropecuário de 2017.

Nos dados do Censo é possível constatar que, em grande parte dos estabelecimentos agropecuários, tanto brasileiros, quanto gaúchos, as atividades desenvolvidas não se referem a fonte de renda principal. No caso do Brasil, em 41,81% (2.113.464 estabelecimentos), as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos são a principal fonte de rendas das famílias, e para 58,19% (2.941.389 estabelecimentos) não são a principal fonte de renda.

Em relação ao Rio Grande do Sul, em 62, 30% (226.527 estabelecimentos) as atividades desenvolvidas no estabelecimento são a principal fonte de renda e em 37,70% (137.051 estabelecimentos) não são). Exemplificando, Palmeira das Missões, município sede da Escola, em 725 casos as atividades desenvolvidas no estabelecimento são a principal fonte de renda e em e 426 não reforçando a multifuncionalidade e a pluriatividade do meio rural brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife, **Anais...** Recife: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2001.



ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: Unesco, 1998.

BOSCARDIN, M. Reprodução Social da Agricultura Familiar: uma Análise Demográfica em propriedades Familiares sem Sucessores no Município de Frederico Westphalen, RS. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2017.

BOSCARDIN, M.; CONTERATO, M. A. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 671 – 695 ISSN 2526 -7752.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul, 2008. (Relatório de Pesquisa).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: abril de 2019

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. *Revista de Estudos Sociais*, [S.l.], v. 18, n. 37, p. 130-151, feb. 2017. ISSN 2358-7024. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981>. Acesso em: 09 apr. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.19093/res.v18i37.3981>.

PANDOLFO, G. C. **Escola e família**: a socialização dos jovens agricultores familiares. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/81363>. Acesso em: 13 nov. 2016.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Coleção Estudos Rurais. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 254 p., 2003.

SPANEVELLO, R. M. et al. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. 5. ed. Chapecó: Argos, 2014b. p. 163-188.

WOORTMANN, K. **"Com parente não se neguceia"**: o campesinato como ordem moral. Brasília, DF: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico, 87).

ZAGO, N. Migração rural – urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*. V. 21, n. 64, jan. mar. 2016.